

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 19/2010 DE 07 DE OUTUBRO**

----- Aos sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima nona reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e Sr. Manuel Marques Custódio, Dr. Ana Cristina Ribeiro Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----**----- a) Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010. -----**

-----O Sr. Presidente informou a Vereação que a sessão ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar no passado dia 30 de Setembro, que decorreu com toda a normalidade, tendo sido aprovadas, por unanimidade, todas as propostas que a Câmara Municipal aprovou e submeteu à apreciação daquele Órgão Deliberativo. -----

----- b) Reunião na EP – Estradas de Portugal, S.A. -----

-----O Sr. Presidente informou que, na passada sexta-feira, dia 1 de Outubro, teve uma reunião em Lisboa nas instalações da EP – Estradas de Portugal, S.A., em Lisboa, sociedade anónima de capitais públicos que sucedeu ao Instituto das Estradas de Portugal – IEP, para tratar de assuntos relacionados com o Viveiro da Queiriga e da Casa de Cantoneiros, propriedade daquela sociedade, gerido e administrado pela Câmara Municipal em regime de cessão de utilização conforme Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o então IEP em 2 de Março de 2004, homologado, na mesma data, pelo senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, e actualmente designado de Parque Botânico *Arbutus do Demo*. -----

----- Aquela sociedade pretende alienar o Viveiro da Queiriga, concedendo para o efeito prioridade à Câmara Municipal. Não foram referidos valores de venda, tendo o Sr. Presidente informado que pediu a atenção dos responsáveis daquela sociedade para o facto da Câmara Municipal ter já investido verbas muito avultadas naquele Parque Botânico, com introdução de significativas beneficiações, pelo que seria de atender a estas circunstâncias

para o estabelecimento do preço de venda. Mais informou que solicitou que fosse apresentada uma proposta de venda para submeter à apreciação da Câmara Municipal, que aguarda. -----

----- **c) Candidaturas de projectos agrícolas a co-financiamento do PRODER.** -----

----- Mais informou o Sr. Presidente que, ainda na parte da tarde da referida sexta-feira, se deslocou à Autoridade de Gestão do PRODER sita em instalações do Ministério da Agricultura, a fim de se inteirar das candidaturas dos projectos agrícolas apresentadas por esta Câmara Municipal para co-financiamento, tendo sido informado de que, das mais de mil candidaturas de projectos agrícolas apresentadas a nível nacional, foram somente aprovadas trinta e cinco, sendo cinco no Distrito de Viseu, das quais duas do Município de Vila Nova de Paiva, as referentes aos Caminhos Agrícolas do Barreiro e da Cumeeira. -----

----- **d) Dia da Luta Contra a Pobreza.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio lembrou que ontem, dia 6 de Outubro, foi o Dia da Luta Contra a Pobreza, e questionou o Sr. Presidente sobre se houve alguma acção a propósito daquela data. -----

----- Questionou ainda se a Escola de Alhais de Cima continua a funcionar na recepção de roupas para os mais carenciados, como foi implementado no mandato anterior. -----

----- O Sr. Presidente respondeu dizendo que, de facto, não foi feita qualquer acção específica no Dia da Luta Contra a Pobreza. Quanto à Escola de Alhais de Cima, a mesma foi cedida a título temporário pela Câmara Municipal ao Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Alhais, ainda no anterior mandato, tendo referido o episódio desagradável que se verificou no passado mês de Agosto, em que a Comissão de Festas viu negada pelo Grupo a possibilidade de cedência de luz eléctrica para os dias das festas, quando é a Câmara Municipal que está a suportar aquelas despesas, tendo um responsável do Grupo produzido até afirmações pejorativas em relação à Câmara Municipal e o seu Presidente, actuando como se fosse o proprietário do imóvel. -----

----- **e) Transportes escolares.** -----

----- Acerca dos transportes escolares, o Sr. Vereador Manuel Custódio questionou mais uma vez o Sr. Presidente sobre o facto de ter afirmado em reunião camarária, aquando da aprovação da adenda ao protocolo celebrado com a E.A.V.T., L.da, para os transportes escolares, assunto aliás discutido na última sessão da Assembleia Municipal, que conseguiu baixar o preço do transporte mantendo-se os mesmos serviços quando, conforme apurou junto da empresa – pretendo para tal verificar a adenda para aferir do número de autocarros – terá havido uma redução de cinco para quatro autocarros em relação ao ano anterior, do que resultou que, no ano lectivo de 2009/2010, o custo/dia por autocarro, excluído o IVA, foi de duzentos e quarenta e dois euros, quando, para o ano lectivo de 2010/2011, esse custo

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

aumentou para duzentos e cinquenta euros. Mais afirmou que, se o Sr. Presidente tivesse informado devidamente a Vereação que, após negociações, baixou o preço diário a pagar à empresa, com redução de um autocarro, nada havia a opor. Contudo o que aconteceu é que o Sr. Presidente pretendeu fazer crer que no ano lectivo anterior, o então Presidente da Câmara, terá negociado mal o preço dos transportes escolares a pagar à empresa. -----

-----O Sr. Presidente, após solicitar ao secretariado da reunião o dossier dos transportes escolares, colocou o mesmo à disposição da Vereação, afirmando que sobre o assunto não tem mais qualquer comentário a fazer, sendo certo que os autocarros existentes são os necessários para as necessidades dos transportes escolares. -----

----- **f) Processos judiciais.** -----

-----O Sr. Vereador Manuel Custódio, sobre os processos judiciais que estão a decorrer contra a Câmara Municipal e contra terceiros, cuja lista foi distribuída na última sessão da Assembleia Municipal, suscitou informação ao Sr. Presidente sobre o processo movido pelo Sr. Vítor Pina que esteve contratado em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, vulgarmente designado a “recibo verde”, na Câmara Municipal, e com o qual o Sr. Presidente terá firmado um acordo extrajudicial, tendo acordado e pago uma indemnização de cinco mil euros, situação que não foi objecto de apreciação na Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Presidente informou que entendeu da vantagem de chegar a acordo com o autor da acção, dado que a indemnização reclamada até rondaria os vinte e cinco mil euros. -----

----- **g) XXX Colóquio da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM) – 26 a 29 de Outubro de 2010, em Grândola/Tróia.** -----

-----A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos questionou o Sr. Presidente sobre o facto de ter autorizado a participação do Sr. Vereador Avantino Beleza no colóquio da ATAM, e que a Câmara Municipal não teve conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente referiu que o Sr. Vereador Avantino Beleza, em anterior reunião da Câmara Municipal, informou do seu interesse em participar no colóquio e inclusive a Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos também referiu naquela reunião que iria pensar se também iria ou não. O Sr. Vereador Avantino Beleza posteriormente apresentou pedido por escrito que foi deferido. Quanto à autorização da despesa é efectivamente da competência do Presidente da Câmara. Por outro lado, aquele colóquio é dirigido a eleitos locais, dirigentes e funcionários das autarquias locais. -----

----- **h) Sinalização horizontal e vertical.** -----

----- O Vereador Avantino Beleza chamou a atenção para a necessidade de manutenção da sinalização horizontal, nomeadamente as passadeiras de peões, nalguns casos quase invisíveis, bem como para a respectiva sinalização vertical e que, como o ano lectivo iniciou, torna-se perigoso para as crianças que circulam pela Vila. -----

-----O Sr. Presidente informou que os serviços estão atentos à situação e que, nos casos identificados, se irá proceder aos trabalhos de reposição da sinalização horizontal e vertical necessária. -----

----- **i) Concessão da rede eléctrica – Iluminação pública.** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a diferença nominal entre a renda da concessão da rede eléctrica paga pela EDP e os encargos com a iluminação pública pagos pela Câmara Municipal, apresenta, pela primeira vez, um diferencial acentuado a favor da Câmara Municipal, na ordem dos dezasseis mil euros por trimestre. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à Vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 16 de Setembro de 2010**, aprovada e assinada em minuta na referida reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A, de Viseu – Auto de Medição de Trabalhos Contratuais N.º 2, no valor, excluído o IVA, de € 16.493,54 (dezasseis mil, quatrocentos e noventa e três euros e cinquenta e quatro cêntimos) – Informação N.º A-120/2010, de 14.09.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento, a processar após obtenção do visto do Tribunal de Contas no contrato da empreitada. -----

----- **b) Empreitada de “Construção da Avenida de Ligação do Bairro da Pedrinha à Rua 5 de Outubro”**, em Vila Cova à Coelheira – Adjudicatário: Guilherme Varino & Filhos, Lda – Proposta de homologação do auto de vistoria lavrado em 14 de Setembro de 2010, para efeitos de recepção definitiva da obra. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar o referido auto de vistoria. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares** no período compreendido entre 1 e 15 de Setembro de 2010, no âmbito das competências municipais delegadas e subdelegadas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

----- **b) António José Pereira, de Touro** – Por requerimento registado em 21 de Setembro de 2010 – Solicita parecer para a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial de Touro, sob o artigo n.º 2148, sito ao Lugar de Pouca-Feitosa, no Touro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio em epígrafe. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Associação Cultural Desportiva Recreativa e Social das Terras do Demo, da Cerdeira, Touro** – Por requerimento registado em 16 de Setembro de 2010, solicitam apoio financeiro tendo em vista o desenvolvimento de actividades previstas no Plano de Actividades da Associação, bem como para manter em funcionamento a Escola de Música da Associação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, foi deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de mil euros, a pagar em duas prestações iguais e sucessivas, destinado a despesas de funcionamento da escola de música e actividades culturais da Associação. -----

----- **b) 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e 7.ª Alteração ao Orçamento, para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento dos Despachos do Sr. Presidente da Câmara datados de 10.09.2010, de aprovação das alterações. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e recebeu cópias das alterações. -----

----- **c) 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e 8.ª Alteração ao Orçamento, para o ano financeiro de 2010** – Conhecimento dos Despachos do Sr. Presidente da Câmara datados de 23.09.2010, de aprovação das alterações. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e recebeu cópias das alterações. -----

----- **d) Proposta de parecer prévio para contratação de monitores/formadores em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, para o ano lectivo de 2010/2011, para actividades nas piscinas municipais e outras actividades físicas e de um (a) nutricionista.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente datada de 1 de Outubro, sobre o assunto em epígrafe, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

Considerando que: -----

----- *1 – A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de Setembro de 2010, sob n/ Proposta datada de 25 de Agosto de 2010, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º*

209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, deu Parecer favorável à contratação até 8 (oito) Formadores em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), contratação essa válida somente para o ano lectivo de 2010/2011, em conformidade com o Calendário Escolar em vigor, para as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Actividades no âmbito da Educação Pré-Escolar, para os domínios indicados na referida Proposta, com o respectivo volume de horas e locais de prestação de serviços, bem como os encargos previstos; -----

----- 2 – Para o ano lectivo de 2010/2011, na sequência da experiência de anos anteriores, seria conveniente continuar a proporcionar serviços de Nutricionismo, tendo em vista nomeadamente, a elaboração das ementas de refeições a fornecer às crianças do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Município, bem como aos idosos das respectivas associações que tenham as valências de lar e apoio domiciliário, a realização de consultas de Nutricionismo no Centro de Saúde de Vila Nova de Paiva aos doentes da diabetes, conforme acordado com aquela entidade, a realização de visitas aos refeitórios para verificação das refeições servidas, a realização de vigilância pedagógica às associações tendo em vista a confecção, o estado de conservação dos alimentos e o transporte das refeições e elaboração de relatórios de apreciação do funcionamento dos serviços prestados pelas associações, no final de cada período escolar; -----

----- 3 – Ainda no âmbito Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico, importa proporcionar aos alunos das Escolas do 1.º CEB de Pendilhe, Queiriga, Touro e Vila Cova à Coelheira aulas no domínio do Ensino de Expressões; -----

----- 4 – Para além da monitoragem no domínio do Ensino da Nataação prevista naquela Proposta de 25 de Agosto de 2010, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) dos alunos do 1.º CEB e actividades com as crianças da Educação Pré-Escolar, importa continuar a proporcionar actividades de nataação nas Piscinas Municipais, no âmbito da “Escola de Nataação”, bem como a manter o Projecto “Mais Desporto Mais Saúde”, no âmbito também da actividade física; -----

----- 5 – As disposições dos art.ºs 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adiante designada de LVCR, na redacção introduzida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, regulam os contratos de prestação de serviços; -----

----- 6 – Conforme n.º 2 do art.º 35.º da LVCR, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa e de avença com pessoas singulares apenas pode ter lugar, quando, cumulativamente: -----

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

----- a) *Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (por tempo indeterminado, determinado ou determinável);* -----

----- c) *Seja observado o regime legal da aquisição de serviços (actualmente regulado no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro);* -----

----- d) *O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.* -----

-----7 – *No âmbito dos Municípios, de acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) mencionadas no número anterior, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal relativamente à verificação do requisito referido na supra alínea a) do número anterior, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, até à data ainda não publicada;* -----

----- 8 – *Dada a natureza das tarefas a prestar, os contratados irão actuar com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem impondo o cumprimento de horário de trabalho, pelo que não se trata de trabalho subordinado;* -----

----- 9 – *Nestas condições, justificar-se-á a contratação de pessoas singulares em regime de prestação de serviços na modalidade de tarefa, desde que possuidoras dos requisitos habilitacionais e ou profissionais para o efeito e satisfaçam os requisitos previstos na alínea d) do supra n.º 5, em virtude desta Câmara Municipal não dispor de trabalhadores em número suficiente para o efeito nem se justificar a constituição de relações jurídicas de emprego público;* -----

----- *Face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que:* -----

----- a) *Dê Parecer favorável à contratação, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), dos seguintes prestadores de serviços:* -----

– *um monitor/docente para o domínio do Ensino de Expressões no âmbito Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a proporcionar aos alunos das Escolas do 1.º CEB de Pendilhe, Queiriga, Touro e Vila Cova à Coelheira, no*

total de 337 horas, incluindo sete horas para reuniões de supervisão, prevendo-se um encargo total de € 4.188,80 (quatro mil, cento e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor, se ao mesmo houver lugar, contratação essa válida até 19 de Junho de 2011; -----

– um(a) Nutricionista, para prestação de serviços na área do Nutricionismo, para as tarefas supra referidas, no total previsto de 301 (trezentas e uma) horas, prevendo-se um encargo total de € 2.748,13 (dois mil, setecentos e quarenta e oito euros e treze cêntimos), contratação essa válida até 29 de Julho de 2011; -----

----- b) Dê parecer favorável à contratação, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), contratação essa válida até 29 de Julho de 2011, de: -----

– 321 (trezentas e vinte uma) horas para prestação de serviços nas actividades de natação e educação física no âmbito do Projecto “Mais Desporto Mais Saúde”, prevendo-se um encargo total de € 2.725,29 (dois mil, setecentos e vinte e cinco euros e vinte e nove cêntimos); -----

– 905 (novecentas e cinco) horas para prestação de serviços nas actividades de natação no âmbito da “Escola de Natação”, prevendo-se um encargo total de € 7.683,45 (sete mil, seiscentos e oitenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos); -----

----- c) A distribuição dos 8 (oito) formadores/monitores referidos na n/ Proposta de 25 de Agosto de 2010, aprovada pela deliberação de 2 de Setembro de 2010, já contratados, seja alterada no sentido de constar que são no máximo de 3 formadores no domínio do Inglês, 1 formador no domínio da Música, 3 formadores no domínio da Natação, e 1 formador no domínio de Expressões (por alteração do número de horas do domínio de Música), não havendo contudo alteração ao volume de horas e encargos previstos naquela Proposta, sendo que os formadores de Inglês, Expressões e Música acumulam com o domínio de Tecnologias da Informação (TI). -----

-----d) Que a prestação de serviços de Natação e Educação Física referidas na alínea b), sejam atribuídas aos três monitores de natação já contratados no âmbito das AEC e das actividades da Educação Pré-Escolar, não havendo assim lugar à contratação de mais monitores para o efeito.” -----

----- O Sr. Presidente informou da necessidade destas contratações, tendo feito uma explanação detalhada da sua proposta. -----

----- A Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos chamou a atenção para a distribuição de horas do pessoal a contratar para as actividades de natação e educação física, bem como as dos

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

trabalhadores a autarquia a tempo indeterminado, não se admitindo que os dois técnicos superiores de desporto da Câmara Municipal apenas coordenem as actividades. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara alertou para o facto de o horário de trabalho daqueles dois trabalhadores ser de sete horas diárias e que pretende que não seja feito serviço extraordinário. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- **e) Proposta de delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente para a realização de obras ou reparações por administração directa.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente datada de 4 de Outubro, sobre o assunto em epígrafe, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1 – Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, entretanto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, foram revogados, entre outros, o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (regime jurídico das empreitadas de obras públicas), bem como o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (regime jurídico de locação e aquisição de bens e serviços), à excepção, no caso deste último diploma, dos artigos 16.º a 22.º e 29.º, mantidos em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do referido Decreto-Lei n.º 18/2008; -----

----- 2 – Conforme art.ºs 36.º e 38.º do CCP, o início de um procedimento de contratação tem em simultâneo ou separadamente três decisões: -----

– Decisão de contratar – acto que dá início ao procedimento de adjudicação (de formação do contrato): cabe ao órgão competente para autorizar a despesa; -----

– Decisão de autorização de despesa – acto que verifica a legitimidade e cabimento da despesa e autoriza a abertura do procedimento tendente à sua realização: cabe ao órgão competente para a decisão de contratar; -----

– Decisão de escolha de procedimento – selecção do procedimento adjudicatário adoptado: cabe ao órgão competente para a decisão de contratar. -----

----- 3 – Para as autarquias locais, como foi acima referido, os artigos 18.º (competência para autorizar despesas e realização de obras ou reparações por administração directa) e 29.º (delegação de competências para despesas), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantêm-se em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008. Embora o art.º 4.º (Extensão do âmbito material) do Decreto-Lei n.º 197/99 tenha sido expressamente revogado, devem aquelas normas do art.º 18.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 179/99, por interpretação correctiva, também ser aplicadas às empreitadas de obras públicas; -----

----- 4 – Nos Municípios, são competentes para a decisão de contratar, a decisão de autorização de despesa e a decisão de escolha do procedimento, o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal para o tipo de despesa e dentro dos limites seguintes: -----

----- a) Para a locação e aquisição de bens e serviços: -----

– até € 149.639,37, os presidentes de câmara (alínea a), n.º 1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99); -----

– Sem limite, as câmaras municipais (alínea b), n.º 1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99). -----

----- b) Para a realização de empreitadas de obras públicas: -----

– até € 149.639,37, os presidentes de câmara (alínea a), do n.º 1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, por interpretação correctiva do Decreto-Lei n.º 18/2008); -----

– Sem limite, as câmaras municipais (alínea b), do n.º 1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, por interpretação correctiva do Decreto-Lei n.º 18/2008); -----

----- c) Para a realização de obras ou reparações por administração directa, somente têm competência as câmaras municipais, até ao limite de € 149.639,37, podendo ser aumentado (sem limite) pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (n.º 2 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99). -----

----- 5 – De harmonia com o n.º 2 do art.º 29.º do referido Decreto-Lei n.º 197/99, as câmaras municipais podem delegar nos seus presidentes competência para autorização de despesas (com locação e aquisição de bens e serviços e realização de empreitadas de obras públicas) até € 748.196,85, podendo também delegar nos seus presidentes a competência para a realização de obras ou reparações por administração directa até ao limite de € 149.639,37, ou superior se aumentado pela assembleia municipal, não podendo, no entanto, ultrapassar o limite de € 748.196,85; -----

----- 6 – A delegação de competências constitui um instrumento destinado a conferir eficácia à gestão, possibilitando reservar para a reunião do órgão executivo as medidas de fundo e os actos de gestão da Câmara Municipal com maior relevância para o Município e para os cidadãos que nele vivem e trabalham; -----

----- Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo do n.º 2 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delegar no seu Presidente a competência para autorização de despesas com a realização de obras ou reparações por administração directa, até ao limite de € 149.639,37 (cento e quarenta e nove mil, seiscientos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos).” -----

----- Foi também oportunamente fornecida à Vereação cópia da Informação n.º 30/2010, de 27 de Setembro de 2010, do Chefe da Divisão de Administração e Finanças, relacionada

Acta N.º 19/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	193

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e cinquenta e três minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----